

**“Novos filhos”, “novas famílias” e “famílias novas”.**

## ***Notas sobre conjugalidade e fecundidade tardia***

**Rosalina Costa\***

*«Bill and Suzie sitting in a tree,  
K-I-S-S-I-N-G.*

*First comes love, then comes marriage,  
Then comes Suzie with a baby carriage.»*

Canção de recreio americana.  
Cit. por R. Rodgers & J. White (1993) «Family Development Theory», p. 240.

### ***Filhos “fora de tempo”?***

A sequência rítmica e fonética desta velha canção de recreio americana chama a atenção, de forma exemplar, para o conjunto de mudanças típicas que alteram de forma significativa a vida dos indivíduos em sociedade. A conjugalidade e a parentalidade assumem aqui um lugar de destaque (Groot & Pott-Buter 1992). Na verdade, uma das mudanças mais visíveis na vida dos indivíduos tem precisamente que ver com o facto de, à medida que atingem a idade adulta, estes deixam, na maior parte dos casos, a sua família de orientação, para formarem uma nova família a que se chama usualmente família de procriação (Michel 1983).

---

\* Departamento de Sociologia – Universidade de Évora/ACTÆ – Centro Interdisciplinar de Estudos Políticos e Sociais.

Conjugalidade e parentalidade surgem assim de “mãos dadas”, por meio de uma fórmula geral de acordo com a qual “um e um são três”, numa sequência tão normativa, quanto determinista a história de *Bill e Suzie*.

Estatisticamente médio como culturalmente prescrito (Höhn 1990), o certo é que muitos casais fazem seguir, nalguns momentos das suas vidas, à conjugalidade<sup>1</sup> a parentalidade, também ela envolta numa visão positiva e romantizada, como testemunha o epílogo das histórias infantis “...viveram felizes para sempre e tiveram muitos filhos”. A definição normativa e tradicional da parentalidade apresenta-a como «um tempo de alegria e satisfação e como uma função afectiva e socialmente “compensadora”, isto é, como um “enriquecimento” individual e familiar, imprescindível para a realização total e completa do ser humano» (Relvas 1996: 79), invadindo os afectos não apenas a representação da conjugalidade como também da parentalidade (Almeida, André & Lalanda 2002).

A entrada no casamento ou em uniões similares, parece assim marcar, quase que definitivamente, o início da “aptidão” para ter filhos (Groot & Pott-Buter 1992), tornando-se a criança um atributo «quasi-obrigatório do casamento» (Monnier 1990: 73 *apud* Sporton 1993: 59). Para Wim Groot e Hettie Pott-Buter (1992), este facto está estreitamente relacionado com uma forma particular de olhar o processo reprodutivo como se de um engenho se tratasse, o qual, uma vez accionado (por meio da conjugalidade), põe em marcha uma força cinética que lhe permite entrar em auto-gestão, visível, a título exemplificativo, no facto de, usualmente, as pessoas antecederem a questão “para quando os filhos?” pela questão “para quando o casamento?” (Klein & White 1996) ou como quando às crianças ou jovens se dirigem expectativas perante o futuro lembrando que «“quando fores grande e te casares... depois vais ter um bebé”» (Alarcão 2000: 113).

Porém, a multiplicidade de percursos familiares não se coaduna com calendários familiares e reprodutivos tão lineares quanto essa velha canção fazia crer. Ao viver mais tempo, os indivíduos têm também mais tempo para cumprir as diversas fases do ciclo de vida: crescer e permanecer em casa dos pais, entrar na conjugalidade e viver essa conjugalidade, entrar na parentalidade e viver essa parentalidade. O alargamento da esperança média de vida acarreta pois novas e diferentes formas de experienciar o tempo familiar. No fundo, tudo se passa como se, expandindo as barreiras temporais da vivência humana, fosse possível desacelerar o tempo para cumprir as diversas etapas da vida (Castells 1999) e, ao mesmo tempo, vivenciar múltiplos percursos familiares (Daly 2001).

---

<sup>1</sup> A conjugalidade entende-se assim como consequência da formação do casal, assumida através do casamento formal ou de uma união à margem dessa consolidação “legal” e traduzida pelo desejo explícito de viver juntos, pela criação de um lar e de um modelo relacional próprio (Relvas 1996).

Ainda assim, a tendência é, muitas vezes, a de simplificar a realidade por meio de um olhar uniformizador. Assim acontece com a fecundidade: por meio desse olhar sublinha-se a homogeneização dos comportamentos procriativos<sup>2</sup>, esquecendo todavia que essa mesma homogeneização esconde ritmos particulares de fecundidade.

Por entre o constrangimento uniformizador de uma sociedade que, de forma mais visível ou mais subtil, prescreve calendários familiares e reprodutivos<sup>3</sup>, surgem, muitas vezes rotuladas como “desviantes”, mulheres que –, próximo do extremo superior do período fértil, ou seja, entre os 40 e os 50 anos e portanto na última década em que biologicamente ainda é possível ter filhos, até que a menopausa encerre definitivamente esta possibilidade –, ao ter filhos parecem, de alguma forma, situar-se “fora de tempo”.

Constituindo o aumento da fecundidade tardia um dos traços da evolução recente da fecundidade portuguesa (Almeida, André & Lalande 2002), justifica-se assim plenamente a eleição deste tema como objecto de estudo pela Demografia e, de uma forma mais ampla, pela Sociologia<sup>4</sup>. Estreitando a malha de análise, é assim possível dar visibilidade e compreender modos e ritmos diferentes dos calendários reprodutivos, procurando clarificar as clivagens e especificidades que subsistem por detrás dos grandes traços estruturantes da fecundidade portuguesa.

De facto, ter filhos depois dos 40 anos significa ter filhos numa fase da vida em que a mulher se “despede” do seu período fértil, encetando a “pausa lunar”<sup>5</sup>. Em grande medida, o ciclo menstrual e a maternidade, não são meros factos fisiológicos mas indícios femininos por excelência e, ao mesmo tempo, «a indicação “social” de que o seu corpo ainda está jovem» (Dexeus & Pàmies 1979: 12). Contrariamente à menarca, a menopausa é, não raro, enfrentada

---

<sup>2</sup> Esta homogeneização dos comportamentos procriativos assenta essencialmente na diminuição do número de filhos e conseqüente redução do número de filhos de ordem elevada; no retardamento da idade média ao nascimento do primeiro filho; na concentração do período reprodutivo num número reduzido de anos e na redução da idade média ao nascimento do último filho, traduzindo um controlo quase absoluto sobre o *quantum* e o *timing* da fecundidade.

<sup>3</sup> Exemplo disto é o facto de o casal que permanece sem filhos durante alguns anos depois do casamento começar a receber, de forma mais ou menos subtil, dicas que o aconselha a “despacharem-se com isso” e a ter os filhos “enquanto é tempo” (Clayton 1979).

<sup>4</sup> Esta comunicação traduz, em parte, resultados de investigação levada a cabo pela autora no âmbito de uma dissertação para conclusão do V Curso de Mestrado em Sociologia, Área de Especialização: Família e População, apresentada em 2003 à Universidade de Évora, com o título *Filhos do Adeus. (Des)sincronização familiar e fecundidade depois dos 40 anos no Portugal contemporâneo*. A investigação em causa desenrolou-se em torno de uma pergunta de partida que equacionava a forma como a fecundidade depois dos 40 anos se articula com as alterações recentes sobre o tempo familiar e perante a qual se estabeleceram quatro objectivos específicos, designadamente: (i) a análise crítica do processo de construção social do tempo familiar; (ii) a caracterização da evolução recente da fecundidade após os 40 anos em Portugal; (iii) o traçar do perfil das mulheres que, na actualidade, têm filhos depois dos 40 anos e (iv) a formulação de hipóteses sobre as determinantes da fecundidade depois dos 40 anos de idade.

<sup>5</sup> Na origem latina, o termo “menopausa” significa “pausa lunar” entrando a mulher em menopausa quando a menstruação deixa de ocorrer durante 12 meses lunares (Gomes 1987).

com algum desconforto por parte das mulheres que, eufemisticamente, através de expressões como “aquela idade” ou a “idade crítica”, percebem nela uma clara ameaça à sua imagem enquanto “mulheres completas” (Machado 1997). A ausência das “regras” pode, por isso, funcionar como um sinal do envelhecimento da mulher, assinalando a perda do seu encanto pessoal, do atractivo físico e sexual e até mesmo a proximidade da morte (Dexeus & Pàmies 1979). Porque os 40 anos, e não obstante o declínio acentuado da fecundidade a partir dessa idade são, simbolicamente, os anos deste “adeus”, entender-se-á, neste estudo, por “fecundidade tardia” a fecundidade em mulheres de 40 e mais anos<sup>6</sup>.

### ***A aritmética da fecundidade depois dos 40***

Uma primeira leitura dos principais indicadores relacionados com a natalidade e a fecundidade portuguesa de 1960 à actualidade [Quadro 1 – Anexo], aponta desde logo para uma evolução rumo ao afastamento progressivo da fecundidade dita “tradicional”<sup>7</sup>. De facto, ao longo deste período, diminui em cerca de 47% o número de nados vivos; a Taxa Bruta de Natalidade, a Taxa de Fecundidade Geral e o Índice Sintético de Fecundidade registam decréscimos acima dos 50% e diminui também a idade média ao nascimento dos filhos, assinalando a maior precocidade no encerramento do período reprodutivo. Ao mesmo tempo, o peso dos nados vivos ocorridos fora do casamento no total de nados vivos assinala um aumento na ordem dos 150% e aumenta ainda a idade média ao nascimento do primeiro filho.

A quebra generalizada observada na Taxa de Fecundidade Geral encobre todavia sinais de diversidade interna no que respeita à evolução registada nas taxas de fecundidade por grupos de idade [Quadro 2 – Anexo]. Enquanto que a década de 70 assinala o ponto de viragem no que

---

<sup>6</sup> Noutros estudos porém (Almeida, André & Lalanda 2002), a expressão “fecundidade tardia” associa-se à classificação de gravidez de risco, consensualmente definida a partir dos 35 anos. Internacionalmente, os técnicos de saúde convencionaram considerar “gravidez de risco” as gestações de mulheres com 35 anos de idade ou mais (Andrade 2002), tendo em conta que a partir desta idade a esterilidade aumenta significativamente, como aumentam também os riscos associados à gravidez. De facto, como bem demonstra a lei de progressão de esterilidade, descoberta por Louis Henry, em cada 100 mulheres, apenas 3 serão estéreis aos 20 anos, aos 30 serão cerca de 9, aos 40 já serão 31 e aos 50 a totalidade das 100 mulheres será, definitivamente, estéril (Sauvy 1979). Por outro lado, de entre as anomalias cromossómicas, sabe-se que a incidência da Síndrome de Down aumenta consideravelmente depois da mulher alcançar os 30 anos, aumentando de 1 em 2400 nascimentos em mães entre os 15 e os 19, para 1 em 109 para mães de 40 anos e 1 em 32 para mães de 45 anos de idade (Andrade 2002).

<sup>7</sup> O conjunto de transformações recentes porque passou a fecundidade portuguesa teve início, na sua expressão mais acentuada, apenas a partir dos anos 60 do século XX. Até então, Portugal detinha, no contexto europeu, elevadas taxas de natalidade e fecundidade, traduzidas em descendências numerosas, aliadas a uma realidade profundamente contrastada no seu interior, marcada que estava por uma realidade dual entre o norte do país que apresentava valores máximos e os distritos meridionais, sobretudo os do interior e de Lisboa, onde incidiam valores mínimos (Almeida & Wall 1995).

toca à quebra da fecundidade a partir dos 30 anos, a década de 80 marca a quebra da fecundidade mais jovem. Por outro lado, a evolução recente aponta para um claro aumento da fecundidade nos grupos de idade mais avançados, sendo de notar que os aumentos registados no período intercensitário de 1991-2001 – que se sabe ocorrem no período pós 1995 (Carrilho 2002) – se verificam todos dos 30 aos 44 anos inclusive, o que confirma uma clara tendência de adiamento da fecundidade por parte das mulheres portuguesas.

Ao analisar o modo como, ao longo dos últimos 20 anos têm evoluído as taxas de fecundidade depois dos 40 anos em Portugal, pode-se afirmar que, no cômputo geral, a fecundidade tardia acompanhou, de 1981 a 2001, a evolução genérica da fecundidade total, nomeadamente, uma queda progressiva até 1994-1995, data a partir da qual regista ligeiros aumentos [Quadro 3 – Anexo]. Depois de uma queda continuada do número de nascimentos, o ligeiro aumento da natalidade registado nos últimos anos evidencia um aumento de toda a fecundidade a partir dos 30 anos, como também no grupo de idade dos 40 e mais anos, destacando-se, neste caso, uma recente e ligeira subida da taxa de fecundidade entre 1995 e 2001, traduzindo uma variação percentual positiva na ordem dos 25%<sup>8</sup>.

Apesar do acréscimo registado, é necessário no entanto não esquecer o ínfimo contributo destes nascimentos no total registado: 2,3% do total de nados vivos ocorridos em Portugal no ano de 2001, a que corresponde, igualmente, a mais baixa taxa de fecundidade então registada, designadamente 3,58‰ [Quadro 4 – Anexo] o que, comparado por exemplo com a taxa de fecundidade dos 15-19 anos, deixa perceber de forma bastante clara a oposição abissal entre a despedida da ovulação de um lado, ante a pujança da entrada no período fértil, por outro. De referir ainda que, em termos regionais, a região Norte, Centro e Alentejo apresentavam nesse ano taxas de fecundidade em mulheres de 40 e mais anos abaixo da média nacional, enquanto que Lisboa e Vale do Tejo, Algarve e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira dela se distanciavam com valores superiores.

Mas, qual o perfil das mulheres que, na actualidade, têm filhos depois dos 40 anos de idade? A resposta a esta questão passa pela aproximação da fecundidade tardia aos seus contextos sociais de ancoragem, cruzando-se para tal as diversas coordenadas da fecundidade depois dos 40 anos com os quadros sociais das suas protagonistas, nas dimensões educacional, profissional e familiar<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> Uma análise sobre a cartografia da fecundidade depois dos 40 anos de 1981 a 2001 permite, para além desta evolução global, encontrar perfis diversificados de evolução regional que não serão, todavia, aqui apresentados. Para um conhecimento mais aprofundado sobre a caracterização regional da fecundidade tardia *vd.* Costa 2003.

<sup>9</sup> Utilizando a informação disponível (publicada e não publicada) nas *Estatísticas Demográficas 2001*, bem como no *Recenseamento Geral da População 2001*, seleccionou-se o conjunto de indicadores para caracterização do perfil das mulheres que, na actualidade, têm filhos depois dos 40 anos. Assim, o grau de instrução foi o indicador utilizado para caracterizar

A análise dos dados permite concluir sobre uma divisão da fecundidade tardia em duas constelações, de certa forma antitéticas, observadas nas três dimensões consideradas: mulheres mais e menos instruídas, mais e menos qualificadas e projectos familiares diversos. No contexto dos nascimentos ocorridos em mulheres de 40 e mais anos, é pois um perfil dual que, à margem das diferenças regionais, parece ser transversal ao espaço português e que permite falar de dois perfis tipo, perfis esses situados em campos diametralmente opostos<sup>10</sup>. Temos de um lado franjas de mulheres pouco instruídas – sem qualquer nível de ensino ou com o ensino básico –, com fracas qualificações profissionais – são não activas como as domésticas ou trabalham por conta própria, ocupando profissões do grupo das operárias, artífices e trabalhadoras similares, do pessoal dos serviços e vendedores ou do pessoal administrativo e similares – e que empreendem a fecundidade tardia no quadro de um encerramento “natural”, como que a “contagotas” de uma imposição biológica, onde a vigilância contraceptiva permite mesmo alguns “descuidos”, e no contexto de uma associação estreita entre casamento, conjugalidade e procriação, de que é aliás testemunha a clara acentuação dos nascimentos de terceira ordem e superior, que vêm engrossar de forma mais numerosa uma descendência já iniciada, bem como a elevada centralidade dos nascimentos dentro do casamento.

De outro lado, temos mulheres particularmente instruídas, que possuem o ensino secundário e superior e que gozam de uma relativa autonomia a nível profissional – pertencem aos quadros qualificados das profissões intelectuais e científicas ou aos quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas ou, em termos de situação na profissão, trabalham por conta própria ou estão noutra situação –, para quem o ter filhos aos 40 e mais anos parece ser o fruto de uma decisão planeada, já que, não raro, empreendem estratégias de fecundidade tardia no quadro da entrada na parentalidade ou no completar da descendência em torno dos dois filhos e no contexto de novas experiências familiares que dissociam casamento, conjugalidade e procriação, como bem traduz a sobre-valorização dos nascimentos fora do casamento e mesmo sem coabitação dos pais. Porque entre as primeiras o controlo e o planeamento dos nascimentos tende a ser pouco frequente, enquanto que entre as segundas a fecundidade tardia se afigura como a expressão de intenções pensadas e claras das protagonistas que lhes dão origem, aos primeiros chamar-se-ão os “filhos da idade” e aos segundos os “filhos da maturidade”.

Quais então as determinantes da fecundidade depois dos 40 anos no Portugal contemporâneo, em particular destes “filhos da maturidade”? São várias as evidências e

---

a dimensão educacional; no que respeita à dimensão profissional, utilizou-se não apenas a profissão como também a condição perante o trabalho da mãe e a situação na profissão da mãe e, finalmente, para caracterizar a dimensão familiar na leitura da fecundidade tardia, incluíram-se como indicadores a ordem de nascimentos e a filiação dos mesmos.

<sup>10</sup> Para um conhecimento mais aprofundado sobre a construção dos perfis tipo, *vd.* Costa 2003.

interrogações suscitadas a partir da informação trabalhada tendo em vista a construção dos perfis definidos. Uma dessas evidências é a seguinte: ao analisar a distribuição dos nascimentos registados em 2001 de acordo com a filiação [Quadro 5 – Anexo], conclui-se que, também no caso dos nascimentos em mulheres de 40 e mais anos, estes ocorrem maioritariamente dentro do casamento. Porém, os valores encontrados distam em cerca de 7% dos valores totais, verificando-se uma sub-representação dos nascimentos ocorridos dentro do casamento (de 76,22% para 69,54%) face a uma sobre-representação dos nascimentos fora do casamento (de 23,78% para 30,46%), seja com coabitação dos pais, seja sem coabitação. Para este facto contribuem os valores acima da média nacional de nascimentos ocorridos em idade tardia e fora do casamento na região do Algarve, Alentejo e Lisboa e Vale do Tejo. É certo que esta observação não pode ser desligada do facto de se verificarem, nessas mesmas NUTS, as percentagens mais elevadas de indivíduos casados de facto, onde se registam valores acima dos valores nacionais (INE 2001). Ainda assim, o facto de termos, simultaneamente, na região do Algarve e de Lisboa e Vale do Tejo, valores superiores à média nacional quer nas taxas de fecundidade tardia, quer em nascimentos ocorridos depois dos 40 anos fora do casamento, parece ser razão suficiente para avançar na definição de hipóteses explicativas sobre as determinantes da fecundidade tardia no Portugal contemporâneo.

### ***“Novos filhos”, “novas famílias” e “famílias novas”***

O facto de, no contexto da fecundidade em mulheres de 40 e mais anos, ganhar visibilidade o número de nascimentos ocorridos fora do casamento, seja com coabitação mas também sem coabitação dos pais, permite avançar com uma hipótese para a compreensão das determinantes da fecundidade tardia, vendo esses nascimentos como os “novos filhos” de “novas famílias”<sup>11</sup>, ou seja:

*A fecundidade em idade tardia atesta, nalguns casos, a emergência de novas famílias, na dupla aceção relacional e temporal, que se afirmam na sociedade contemporânea perante a “tradicional” associação entre casamento – conjugalidade – sexualidade – procriação.*

O aumento da esperança média de vida traz consigo um inegável alongamento do espaço temporal para a vivência do tempo em família, o que parece ser indissociável de um aumento e diversificação das experiências familiares que nele podem ter lugar, designadamente,

---

<sup>11</sup> Outras evidências e interrogações deram, no decurso da investigação, origem a diferentes hipóteses explicativas das determinantes da fecundidade tardia no Portugal contemporâneo, prosseguindo assim com o quarto e último objectivo específico delineado (vd. nota 3). Opta-se no entanto, nesta comunicação, por desenvolver de forma mais aprofundada apenas a hipótese segundo a qual os filhos da maturidade são os “novos filhos” de “novas famílias”.

umentam as probabilidades contra o êxito da estabilidade do casamento, aquilo que Alvin Toffler (2001) designou de “probabilidades estatísticas contra o amor” e que se traduzem numa maior sucessão de uniões e rupturas familiares. Se, aparentemente, as rupturas conjugais podem reduzir o número de filhos que teriam tido os casais se não se tivessem separado, também podem, noutros casos e por força de novas uniões, favorecer outros nascimentos (Sauvy 1979), atendendo a que, a tendência maioritária dos divorciados e separados é para voltar a casar ou, pelo menos, para voltar a viver em situação de conjugalidade (Torres 1996), recusando por vezes os aspectos “formais” do casamento e não propriamente a ideia de constituir família ou ter filhos.

Sabe-se que, como conclui Pedro Ferreira e Sofia Aboim (2002), os rearranjos familiares a seguir a uma ruptura conjugal contribuem para engrossar actualmente o número de nascimentos fora do casamento. Ora, se a coabitação surge «mais vinculada a momentos iniciais de transição na vida familiar e à formação de novas famílias» (Ferreira & Aboim 2002: 424), a sobre-representação dos nascimentos fora do casamento com coabitação dos pais em mulheres de 40 e mais anos pode pois significar que alguns desses nascimentos sejam fruto de “novas famílias”, ou seja, da união de pessoas com experiências conjugais anteriores, usualmente designadas como famílias reconstituídas, argumento que ganha peso quando se sabe que a primeira relação conjugal continua a ser maioritariamente a legal (INE 2001a) e quando se atenta à idade dessas mulheres, verificando-se que lhes possibilita, perfeitamente, uma experiência conjugal anterior a ter lugar na “primeira metade da vida”. É neste contexto – relacional<sup>12</sup> – que os nascimentos depois dos 40 poderão ser nascimentos de “novas famílias”.

Regra geral, o bebé assume um lugar de destaque no seio da família. O nascimento da criança é um marco importante em todo o processo de desenvolvimento familiar e por isso é visto como um “elemento *revolucionário*” (Relvas 1996), na medida em que, com ele, de um lar centrado no casal passa-se radicalmente, ao lar centrado na(s) criança(s). O bebé funciona assim como um pequeno Deus. Nas palavras de Robin Skynner e John Cleese, “Sou Deus e não se fala

---

<sup>12</sup> José Gameiro (1998) inicia o livro *Os Meus, os Teus e os Nossos – novas formas de família*, esclarecendo que «novas famílias é uma expressão que criei para fugir à sua denominação clássica: famílias reconstruídas. São as famílias em que existem os meus, os teus e os nossos e que já entraram na cultura urbana.» (Gameiro 1998: 9). Na verdade, a designação “famílias reconstruídas” é controversa e procura obviar a inexistência de vocabulário próprio para aquilo que a literatura anglo-saxónica denomina de “*stepfamily*” e a francófona “*recomposées familiales*”, expressões utilizadas para designar famílias que têm na sua génese um ou dois divórcios. José Gameiro prefere a expressão “novas famílias”, defendendo que não há aí lugar a nenhuma reconstrução uma vez que a “nova família”, apesar de manter elementos da família anterior, tem uma estrutura e afectos inteiramente novos. Ao longo do texto contudo, utilizar-se-á a expressão “novas famílias” para designar quaisquer novas famílias no plano relacional, nomeadamente aquelas que têm na sua génese um ou mais divórcios mas também separações ou vivuvez, como também numa acepção temporal, isto é, chamando a atenção para estruturas familiares que, paulatinamente, ganham visibilidade na sociedade ocidental contemporânea.

mais nisso” (Skynner & Cleese 1990: 65). Envolto em novos mitos de felicidade é, à semelhança do próprio casamento, rodeado de expectativas, igualmente românticas e irrealistas, funcionando como um elo de reforço da ligação do casal e elemento de estabilização de ligações (Relvas 1996).

Nas “novas famílias”, segundas ou de outra ordem, o nascimento de uma criança cria uma sub-unidade que a une e aproxima mais das expectativas tradicionais, criando ao mesmo tempo uma família “natural” que se sobrepõe ao carácter “menos formal” da nova união (Bumpass 1984). O aparecimento destas crianças é, não raro, visto como um elo de reforço do casal, entendendo-se mesmo que a sua presença pode reduzir a probabilidade de divórcio (Cherlin 1978) e contribuir para centralizar a atenção do casal, sobretudo quando há crianças de uniões anteriores que podem funcionar como forças centrífugas na nova relação, ao complexificarem a estrutura de papéis e relações familiares.

Por outro lado, essa mesma sobre-representação dos nascimentos fora do casamento com coabitação dos pais em mulheres de 40 e mais anos pode significar que alguns desses nascimentos traduzam, mais que “novas famílias”, “famílias novas”. Num outro plano – o temporal – estes nascimentos poderão indiciar a emergência e afirmação de experiências familiares onde a dissociação entre casamento e conjugalidade se torna mais premente e que aumentam em número e visibilidade na sociedade contemporânea. Na verdade, o aumento das uniões de facto nos últimos anos (Ferreira & Aboim 2002), é a expressão clara e inequívoca de novas formas de viver a conjugalidade, quer nas famílias reconstituídas enunciadas há pouco, como também nas primeiras uniões entre pessoas para quem o laço jurídico oficial aparece como uma formalidade desnecessária e para quem os casamentos podem bem ser “casamentos sem papéis”.

“Famílias novas” são também as que a sobre-representação dos nascimentos ocorridos em mulheres de 40 e mais anos fora do casamento e sem coabitação dos pais pode ainda indiciar, ao evidenciar dissociações entre conjugalidade e procriação, que se traduzem numa monoparentalidade “independente” (Ferreira & Aboim 2002) ou maternidade a solo<sup>13</sup>. Estas experiências podem contudo significar realidades profundamente contrastantes. Se é certo que, de um lado, se podem situar franjas de mulheres que empreendem a fecundidade à margem de qualquer relação estável, deixando antever algumas “produções independentes” de mulheres que desejando ter filhos os têm, de outro lado poderemos ter as situações que a sigla LAT (*Living*

---

<sup>13</sup> O conceito de “solo” é proposto por Jean-Claude Kaufmann (2000) para designar em *A Mulher Só e o Príncipe Encantado*, as mulheres que não vivem como parte de um casal. Porque a maioria dos termos actualmente utilizados (celibatários, mulheres sóas, mulheres autónomas, monorresidentes, monolares) induz em erros de análise e representações orientadas, o Autor propõe o termo “mulheres a solo” que parece assim suficientemente neutro para designar uma posição que oscila entre o positivo e o negativo.

*Apart Together*) tão bem exprime, isto é, as conjugalidades não coabitantes de quem vive separado mas está junto (Sarrible 1996), articulando assim uma identidade consolidada na esfera pública com uma autonomia relativa em termos familiares, sem prescindir porém da gratificação afectiva e sexual – e por isso afirmando uma outra dissociação entre casamento e sexualidade –, que a relação informal do casal proporciona, quando se vive “só” mas “com”, ainda que afastados espacialmente (Singly 2001)<sup>14</sup>.

Ao cruzar esta informação com os elevados capitais escolares e profissionais destas mulheres, designadamente as qualificações escolares superiores e profissões globalmente mais qualificadas como quadros superiores, dirigentes e especialistas das profissões intelectuais e científicas, compreende-se então que, de facto, estas mulheres gozam de condições sócio-económicas que propiciam o exercício da autonomia pessoal para que, longe do ostracismo de outrora, possam empreender a maternidade no contexto de uma vivência positiva da “mulher a solo” (Kaufmann 2000) e onde, «ser mãe a sós pode também conformar-se à expressão de um projecto individual apoiado por recursos sócio-económicos que garantam a independência da mulher/mãe.» (Ferreira & Aboim 2002: 436). Em qualquer dos casos, a desvinculação entre conjugalidade e maternidade pode «configurar-se como um acréscimo de autonomia individual permitido por uma maior margem de manobra face ao controle normativo dos comportamentos familiares, dando força, na prática, à ideia de privatização da vida familiar.» (Ferreira & Aboim 2002: 436-437).

Os nascimentos ocorridos em mulheres de 40 e mais anos podem bem ser os “novos filhos” de “novas famílias” e de “famílias novas”. Famílias reconstituídas, uniões de facto e maternidades a solo parecem afirmar, em qualquer dos casos uma «maior abertura do campo de possibilidades para a construção de percursos familiares, em comparação com a linearidade do esquema tradicional» (Ferreira & Aboim 2002: 426) e, por isso, a flexibilidade, multiplicidade e diversidade do tempo familiar, características que se imprimem também às experiências familiares, riscadas agora por traços de maior individualismo. Reforçam-se assim as ideias de não linearidade das transições familiares, vincando ao mesmo tempo a desinstitucionalização da vida familiar e dissociando a “tradicional” associação entre casamento – conjugalidade – sexualidade – procriação.

## ***Bibliografia***

---

<sup>14</sup> É para esta realidade que remetem os 47% de indivíduos que, de acordo com o *Inquérito à Fecundidade e Família, 1997*, sendo casados de facto, não vivem na mesma residência, alegando para isso como motivo a “opção amigável”, quando os restantes motivos passam pela “separação forçada” e “problemas conjugais” (INE 2001).

- Alarcão, Madalena (2000) *(Des)Equilíbrios Familiares*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Almeida, Ana Nunes de & Wall, Karin (1995) «A Família». In Eduardo de Sousa Ferreira & Helena Rato [Coord.] *Portugal Hoje*. S.l.: Instituto Nacional de Administração: 33-53.
- Almeida, Ana Nunes de; André, Isabel Margarida & Lalanda, Piedade (2002) «Novos Padrões e Outros Cenários para a Fecundidade em Portugal». *Análise Social*. Número Especial «Famílias». Vol. XXXVII. n.º 163: 371-409.
- Andrade, Maria Cláudia Perdigão (2002) *Pensar e Agir: as doenças genéticas e o diagnóstico pré-natal*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Bumpass, Larry (1984) «Some Characteristics of Children's Second Families». *American Journal of Sociology*. Vol. 90. n.º 3: 608-623.
- Carrilho, Maria José & Peixoto, João (1993) «A Evolução Demográfica em Portugal entre 1981 e 1992». *Estudos Demográficos*. 31. INE. Lisboa: 7-19.
- Carrilho, Maria José (2002) «A Situação Demográfica Recente em Portugal». *Revista de Estudos Demográficos*. 32: 147-175.
- Castells, Manuel (1999) *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura – A Sociedade em Rede*. Vol. I. São Paulo: Paz e Terra.
- Cherlin, Andrew (1978) «Remarriage as an Incomplete Institution». *American Journal of Sociology*. Vol. 84. n.º 3: 634-650.
- Clayton, Richard R. (1979) [1975] *The Family, Marriage and Social Change*. 2.<sup>a</sup> ed. Lexington: D.C. Heath and Company.
- Costa, Rosalina (2003) *Filhos do Adeus. (Des)sincronização familiar e fecundidade depois dos 40 anos no Portugal contemporâneo*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Área de Especialização: Família e População. Évora: Universidade de Évora [Texto policopiado].
- Daly, Kerry J. (2001) «Deconstructing Family Time: from ideology to lived experience». *Journal of Marriage and Family*. 63: 283-294.
- Dexeus, Santiago & Pàmies, Teresa (1979) *A Mulher depois dos 40 Anos*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Eurostat (2001) *European Social Statistics – Demography*. Luxembourg: Office des Publications Officielles de Communautés Européennes.
- Ferreira, Pedro Moura & Aboim, Sofia (2002) «Modernidade, laços conjugais e fecundidade: a evolução recente dos nascimentos fora do casamento». *Análise Social – 'Famílias'*. Vol. XXXVII (163): 411-446.
- Gameiro, José (1998) *Os Meus, os Teus e os Nossos – novas formas de família*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Terramar.
- Gomes, Francisco Allen (1987) «A sexualidade na Idade Madura». *Planeamento Familiar*. n.º 35. Lisboa: Associação para o Planeamento da Família: 2-6.
- Groot, Wim & Pott-Buter, Hettie A. (1992) «The Timing of Maternity in the Netherlands». *Journal of Population Economics*. Vol. 5. n.º 2: 155-172.
- Höhn, Charlotte (1990) «The Family Life Cycle: needed extensions of the concept». In John Bongaarts, Thomas Burch & Kenneth Wachter [Ed.] *Family Demography – methods and their applications*. Oxford: Clarendon Press: 65-80.
- INE (2001) *Inquérito à Fecundidade e Família. 1997*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Kaufmann, Jean-Claude (2000) [1999] *A Mulher Só e o Príncipe Encantado*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Editorial Notícias.

- Klein, David M. & White, James M. (1996) *Family Theories – an introduction*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Machado, Maria José (1997) «A Mulher em Fase Lunar». In Isabel Pereira Leal [Ed.] *Sexualidade e Parentalidade, Pensar hoje o que se vem pensando*. Actas do 1.º Colóquio de Psicologia Social Clínica. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada: 27-32.
- Michel, Andrée (1983) *Sociologia da Família e do Casamento*. Porto: Rés-Editora.
- Relvas, Ana Paula (1996) *O Ciclo Vital da Família – perspectiva sistémica*. Porto: Edições Afrontamento.
- Rodgers, Roy H. & White, James M. (1993) «Family Development Theory». In Pauline G. Boss *et al.* [Ed.] *Sourcebook of Family Theories and Methods – a contextual approach*. New York: Plenum Press: 225-254.
- Sarribe, Graciela (1996) «Segunda Pareja y Diferencias por Genero». *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*. 76: 123-139.
- Sauvy, Alfred (1979) [1976] *Elementos de Demografia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Singly, François de (2001) [2000] *Livres Juntos – o individualismo na vida comum*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Skyner, Robin & Cleese, John (1990) [1983] *Famílias... e como (Sobre)viver com Elas*. 3.ª ed. Porto: Edições Afrontamento.
- Sporton, Deborah (1993) «Fertility: the lowest level in the world». In Daniel Noin & Robert Woods [Ed.] *The Changing Population of Europe*. Oxford: Blackwell: 49-61.
- Toffler, Alvin (2001) [1970] *O Choque do Futuro – do apocalipse “à esperança”*. Lisboa: Edição “Livros dos Brasil”.
- Torres, Anália Cardoso (1996) *Divórcio em Portugal – ditos e interditos*. Oeiras: Celta Editora.

### **Fontes**

- INE, «Estimativas Intercensitárias da População Residente 1992-2000, por Grupos Quinquenais e Distrito». In *Estimativas da População Residente 1991-2000, aferidas para os resultados provisórios dos Censos 2001* [em linha]. Revisto em 2002. [citado em 02-10-19 – 10:55]. Disponível em URL: <http://www.ine.pt/prodserv/quadros/quadro.asp>
- INE, «Séries Tipo – Taxas de Fecundidade por Grupos de Idade, Portugal 1960-1991». In *Séries Cronológicas – população e condições sociais* [em linha]. Revisto em 2002. [citado em 02-10-20 – 22:55]. Disponível em URL: <http://www.ine.pt/prodserv/series/serie.asp>
- INE, *Estatísticas demográficas 1980-82, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000 e 2001*.
- INE, *XII Recenseamento Geral da População*, em 16 de Março de 1981.
- INE, *XIII Recenseamento Geral da População*, em 15 de Abril de 1991.
- INE, *XIV Recenseamento Geral da População*, em 12 de Março de 2001.

## Anexo

### Principais indicadores da natalidade e fecundidade Portugal 1960-2001

[Quadro 1]

Indicadores	Anos				
	1960	1970	1981	1991	2001
Nados vivos	212 775	172 815	152 061	116 286	112 774
Nados vivos fora do casamento (%)	9,5	7,3	9,5	15,6	23,8
Taxa Bruta de Natalidade (%)	24,1	20,8	15,4	11,7	10,9
Taxa de Fecundidade Geral (%)	94,9	86,7	64,6	47,2	42,9
Índice Sintético de Fecundidade (filhos por mulher)	3,2	2,8	2,1	1,6	1,5
Idade média ao nascimento 1.º filho (anos)	25,1	24,4	23,6	24,9	26,8
Idade média ao nascimento dos filhos (anos)	29,6	29,0	26,6	27,2	28,8

**Fonte:** Almeida *et al.* 1995; Carrilho 2002; EUROSTAT, *European Social Statistics - Demography 2001* e INE, *Estatísticas Demográficas 2001, Recenseamento Geral da População e Habitação 2001 e Séries Tipo - Taxas de Fecundidade por Grupos de Idade, Portugal 1960-1991*.

### Taxas de fecundidade por grupos de idade (%) Portugal 1960-2001

[Quadro 2]

Grupo Etário	Anos				
	1960	1970	1981	1991	2001
15-19	26,2	32,7	39,6	23,5	20,4
20-24	148,7	158,8	133,6	85,2	55,6
25-29	177,6	190,4	127,4	110,0	92,7
30-34	133,4	123,5	74,7	65,1	80,7
35-39	94,4	79,1	35,3	24,3	33,6
<b>40-44</b>	<b>42,5</b>	<b>33,6</b>	<b>13,5</b>	<b>5,7</b>	<b>6,6</b>
<b>45-49</b>	<b>3,5</b>	<b>3,2</b>	<b>1,7</b>	<b>0,5</b>	<b>0,4</b>

**Fonte:** INE, *Estatísticas Demográficas 2001, Recenseamento Geral da População e Habitação 2001 e Séries Tipo - Taxas de Fecundidade por Grupos de Idade, Portugal 1960-1991*.

*Taxas de fecundidade por grupos de idade (‰)*  
*Portugal 1981-2001*

[Quadro 3]

Grupo Etário	Anos						
	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
15-19	39,8	39,4	37,6	36,7	32,1	29,7	27,7
20-24	135,6	136,1	129,8	129,0	115,7	111,8	104,4
25-29	128,0	127,7	123,4	123,5	115,3	114,7	114,6
30-34	75,2	75,3	71,6	70,3	65,4	64,4	65,2
35-39	35,6	34,7	32,9	32,6	30,3	28,6	29,2
40-44	13,2	11,1	10,4	9,2	8,7	8,2	7,6
45-49	1,8	1,5	1,3	1,2	1,0	0,9	0,7
<b>40 e mais</b>	<b>7,4</b>	<b>6,3</b>	<b>5,8</b>	<b>5,2</b>	<b>4,8</b>	<b>4,5</b>	<b>4,1</b>
TOTAL	63,9	63,4	60,6	60,0	54,8	53,2	51,8

Grupo Etário	Anos						
	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
15-19	26,2	25,1	23,4	23,6	22,6	22,5	21,3
20-24	101,0	94,9	89,3	85,9	77,9	74,2	67,4
25-29	117,7	115,2	116,7	110,3	106,9	104,4	100,5
30-34	66,1	67,3	68,7	65,5	66,2	68,0	66,6
35-39	27,8	27,5	26,9	24,3	23,8	24,1	24,1
40-44	7,2	6,5	6,2	5,8	5,5	5,4	5,2
45-49	0,6	0,6	0,5	0,5	0,4	0,4	0,3
<b>40 e mais</b>	<b>3,9</b>	<b>3,5</b>	<b>3,3</b>	<b>3,3</b>	<b>3,0</b>	<b>2,9</b>	<b>2,8</b>
TOTAL	51,3	49,8	48,9	46,9	45,1	44,5	42,4

Grupo Etário	Anos						
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
15-19	20,6	20,9	21,1	20,8	21,3	22,3	20,4
20-24	62,2	61,4	61,4	59,7	60,3	62,3	55,6
25-29	97,0	98,0	98,6	96,4	97,4	99,1	92,7
30-34	69,0	73,8	77,2	81,2	82,6	86,8	80,7
35-39	24,5	26,3	28,2	30,0	32,8	34,7	33,6
40-44	5,2	5,2	5,4	5,3	6,0	6,4	6,6
45-49	0,4	0,3	0,4	0,3	0,4	0,5	0,4
<b>40 e mais</b>	<b>2,9</b>	<b>2,8</b>	<b>2,9</b>	<b>2,9</b>	<b>3,2</b>	<b>3,6</b>	<b>3,6</b>
TOTAL	41,4	42,4	43,4	43,5	44,5	46,0	42,9

**Fonte:** INE, *Estatísticas Demográficas 1981-2001, Recenseamento Geral da População 1981, 1991 e 2001 e Estimativas Intercensitárias da População Residente 1992-2000*.

**Nota:** As taxas de fecundidade específicas para o período 1981-1990 e 1991-2001 não são rigorosamente comparáveis entre si. Enquanto que a estrutura etária utilizada para o cálculo dos indicadores até 1990 resulta, pela inexistência de estimativas de população residente por sexos e grupos de idade para esse período e à semelhança aliás do que foi já feito noutros estudos (Carrilho & Peixoto 1993), do Recenseamento de 1981, a estrutura etária do período 1992-2000 baseia-se nas estimativas de população residente aferidas para os resultados provisórios dos Censos 2001 e disponibilizadas pelo INE. Os dados referentes a 1981, 1991 e 2001 referem-se todavia e sempre aos resultados definitivos dos Recenseamentos Gerais da População que tiveram lugar nos respectivos anos.

*Nados vivos e taxas de fecundidade por grupos de idade*  
*Portugal 2001*

[Quadro 4]

	Grupo Etário									Id. Ign.
	Total	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	40 e +	
Nados Vivos	112 774	6 873	21 726	37 570	30 852	13 157	2 441	149	<b>2 590</b>	6
%	100	6,09	19,27	33,31	27,36	11,67	2,16	0,13	<b>2,30</b>	0,01
Pop. Femin.	2 631 330	337 264	390 814	405 418	382 094	391 998	370 990	352 752	<b>723 742</b>	-
Tx. Fec. (‰)	42,86	20,38	55,59	92,67	80,74	33,56	6,58	0,42	<b>3,58</b>	-

**Fonte:** INE, *Estatísticas Demográficas 2001 e Recenseamento Geral da População 2001*.

*Nados vivos em mães de 40 e mais anos por filiação*  
*Portugal 2001*

[Quadro 5]

Escalaão etário da mãe	Total	Dentro do casamento	Filiação		
			Total	Fora do casamento Com coabitação dos pais	Sem coabitação dos pais
Total	112 768	85 954	26 814	20 062	6 752
%	100,00	76,22	23,78	(17,79)	(5,99)
<b>De 40 e mais anos</b>	<b>2 590</b>	<b>1 801</b>	<b>789</b>	<b>587</b>	<b>202</b>
%	<b>100,00</b>	<b>69,54</b>	<b>30,46</b>	<b>(22,66)</b>	<b>(7,80)</b>

**Fonte:** INE, *Estatísticas Demográficas 2001* (IDNP).